

RECURSO ESPECIAL Nº 1.774.061 - RS (2018/0270602-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : BRUNO RAMOS DOMBROSKI - RJ173725
RECORRIDO : V T
ADVOGADOS : ALEX MARQUESE - RS049289
ALAN MARQUESE - RS060687

DECISÃO

Trata-se recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL S.A., com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EFEITO SUSPENSIVO ATRIBUÍDO A EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. LIMITES DA CONTROVÉRSIA. SUSPENSÃO PARCIAL. Atribuído efeito suspensivo pelo Superior Tribunal de Justiça aos embargos de divergência interpostos no âmbito do processo de conhecimento, cabível a suspensão do respectivo cumprimento provisório de sentença dentro dos limites da controvérsia albergada pelo efeito suspensivo. Objetivando os embargos de divergência aos quais atribuído efeito suspensivo aplicação de correção monetária e de juros de acordo com o art. 1º- F da Lei n.º 9.494/97, com redação dada pela Lei n.º 11.960/09, não há óbice ao prosseguimento do cumprimento provisório de acordo com os parâmetros incontroversos entre as partes. Agravo de instrumento parcialmente provido para autorizar o prosseguimento do cumprimento provisório de acordo com o art. 1º- F da Lei n.º 9.494/97 (redação dada pelo art. 5º da Lei n.º 11.960/09)" (fl. 54 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

O recorrente, além de indicar dissídio jurisprudencial, aponta violação dos arts. 520 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta, em síntese:

a) negativa de prestação jurisdicional; b) necessidade de suspensão do processo.

Requer o provimento do recurso para suspensão da execução provisória.

Após as contrarrazões, o recurso foi admitido.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

No tocante à negativa de prestação jurisdicional, verifica-se que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese.

Não há falar, portanto, em existência de omissão apenas pelo fato de o julgado recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

A esse respeito, o seguinte precedente:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. MANIFESTO CARÁTER INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os Embargos de Declaração não merecem prosperar, pois manifestam nítido caráter infringente, não apontando quaisquer das hipóteses do art. 1022 do CPC/2015.

2. A controvérsia foi correta e integralmente solucionada, com fundamento suficiente e em consonância com entendimento deste Tribunal, razão por que não se configura erro material, omissão, contradição ou obscuridade, tampouco negativa de prestação jurisdicional.

3. Embargos de Declaração rejeitados."

(EDcl no AgRg no AREsp 840.702/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/08/2016, DJe 08/09/2016)

No que diz respeito à suspensão do processo, a controvérsia já foi apreciada no julgamento do REsp 1.723.516-RS, de relatoria do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, retratado na seguinte ementa:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO INDIVIDUAL DE CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA COLETIVA. SOBRESTAMENTO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À AUTORIDADE DE DECISÃO LIMINAR PROLATADA PELO RELATOR DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. DECISÃO COM NATUREZA PROVISÓRIA. COGNIÇÃO SUMÁRIA. POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO. SÚMULA 735/STF.

1. Polêmica em torno da executividade imediata da parte incontroversa de sentença proferida em ação coletiva, que, após o julgamento do Recurso Especial por esta Terceira Turma (REsp. nº. 1.319.232-DF), é objeto de Embargos de Divergência perante a Corte Especial, tendo sido deferida medida cautelar para agregação de efeito suspensivo (REsp nº. 1.319.232-DF).

2. Pedido individual de cumprimento provisório da parte incontroversa da sentença coletiva.

3. A execução provisória, única admissível em face da inexistência do trânsito em julgado da sentença coletiva, pode prosseguir naquilo em que não foi obstada pelo efeito suspensivo concedido nos embargos de divergência, isto é, desde que se observe a aplicação do art. 5º da Lei 11.960/2009 quanto à correção monetária.

4. Razões do recurso especial do recorrente que podem servir para fundamentar reclamação constitucional dirigida ao eminente relator dos embargos de divergência, mas não para fundamentar recurso especial.

5. Natureza transitória da decisão que fundamenta o pedido recursal torna inadmissível sua pretensão de tentar estabelecer, no presente recurso

especial, se o Tribunal local violou ou não dispositivo legal ao proceder à sua interpretação.

6. Risco de serem proferidas decisões conflitantes, pois não é possível afirmar, em sede recursal, que teria sido violada a autoridade da liminar prolatada nos embargos de divergência, podendo ela, posteriormente, dada sua natureza transitória, ser revogada no julgamento final do recurso.

7. Aplicação, por analogia, enunciado da Súmula 735/STF ('Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar').

8. Recurso especial não conhecido, com recomendação".

(REsp 1.723.516/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/4/2018, DJe 20/4/2018 - grifou-se)

No referido acórdão, a Terceira Turma assentou a inadmissibilidade do recurso especial, pois seu fundamento central está calcado em decisão de natureza precária e transitória. Em seguida, concluiu que não cabe interpretar a decisão liminar e provisória que concedeu efeito suspensivo aos próprios embargos de divergência para verificar a eventual violação de dispositivo de lei federal pelo acórdão recorrido.

Deste modo, aplicou, por analogia, o teor da Súmula 735 do STF: "*Não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar*".

Por oportuno, eis a pertinente fundamentação do referido acórdão:

"(...)

Com isso, conforme adiantado, mostra-se inadmissível o presente recurso especial, pois seu fundamento central está calcado em decisão de natureza precária e transitória, sem caráter definitivo.

"(...)

Nessa linha de raciocínio, aplicável, por analogia, a ratio decidendi dos precedentes que deram origem à Súmula 735 do Supremo Tribunal Federal (...):

"(...)

Como já aludido, no presente caso, as razões recursais fundam-se inteiramente na decisão do eminente relator dos Embargos de Divergência, tendo sido esta tomada em sede de tutela provisória, carecendo da definitividade necessária para admissão do seu recurso especial.

A decisão do eminente relator dos embargos de divergência foi proferida atendendo aos critérios da verossimilhança e da urgência, que podem ser modificados a depender das situações fáticas que se apresentarem no curso da demanda.

Destarte, a falta de um juízo decisório definitivo acerca do tema torna inadmissível a verificação de qualquer ilegalidade no acórdão recorrido decorrente da interpretação procedida a seu respeito pelo tribunal local.

"(...)

Ademais, não cabe a este relator interpretar a decisão liminar e provisória concedida pelo relator dos embargos de divergência para verificação de eventual violação de dispositivo de lei federal pelo acórdão recorrido, em face do risco de decisões conflitantes ou contraditórias serem emanadas por esta Corte Superior, desviando-se de sua missão constitucional de garantir a aplicação da legislação federal e a uniformização da

jurisprudência nacional.

Enfim, as razões do recurso especial podem servir para fundamentar reclamação constitucional ao eminente relator dos embargos de divergência, mas não para fundamentar o presente recurso especial".

Portanto, falta o juízo decisório definitivo da controvérsia, o que torna inadmissível a verificação de qualquer irregularidade no acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Ante o exposto, não conheço do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários sucumbenciais, conforme determina o artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, haja vista a ausência de condenação em honorários nas instâncias ordinárias.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 26 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator